



**Simulado Preparatório para o
Concurso da Polícia Civil do Mato
Grosso do Sul**

Cargo: Delegado

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5 horas
- ✓ Banca Organizadora: FAPEMS
- ✓ Número de Questões: 100
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

**Conteúdo Programático / Número de
Questões**

- Língua Portuguesa – 15
- Direito Penal – 23
- Direito Processual Penal – 23
- Direito Constitucional – 10
- Direito Administrativo – 10
- Direitos Humanos – 5
- Direito Civil – 4
- Legislação Institucional – 5
- Medicina Legal e Criminologia – 5

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

**Este simulado está sendo
disponibilizado gratuitamente!**

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Policial Civil tem o prestígio da população. A profissão de Delegado é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Policiais geralmente trabalham em regime de escala, como Delegado você coordenará Investigações, Indiciará Suspeitos e Administrará Delegacias.

A remuneração do recém empossado está na casa dos R\$15.000,00.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 1 e 2)

Olhador de anúncio

Eis que se aproxima o inverno, pelo menos nas revistas, cheias de anúncios de cobertores, lãs e malhas. O que é desenvolvimento! Em outros tempos, se o indivíduo sentia frio, passava na loja e adquiria os seus agasalhos. Hoje são os agasalhos que lhe batem à porta, em belas mensagens coloridas.

E nunca vêm sós. O cobertor traz consigo uma linda mulher, que se apresta para se recolher debaixo de sua “nova textura antialérgica”, e a legenda: “Nosso cobertor aquece os corpos de quem já tem o coração quente”. A mulher parece convidar-nos: “Venha também”. Ficamos perturbados. Faz calor, um calor daqueles. Mas a página aconchegante instala imediatamente o inverno, e sentimo-nos na aflita necessidade de proteger o irmão corpo sob a maciez desse cobertor, e...

Não. A mulher absolutamente não faz parte do cobertor, que é que o senhor estava pensando? Nem adianta telefonar para a loja ou para a agência de publicidade, pedindo endereço da moça do cobertor antialérgico de textura nova. Modelo fotográfico é categoria profissional respeitável, como outra qualquer. Tome juízo, amigo. E leve só o cobertor.

São decepções de olhador de anúncios.
[...].

Mas sempre é bom tomar conhecimento das mensagens publicitárias. É o mundo visto através da arte de vender. “As lojas fazem tudo por amor”. Já sabemos, pela estória do cobertormulher (uma palavra só) que esse tudo é muito relativo. “Em nossas vitrinas a japona é irresistível”. Então, precavidos, não passaremos diante das vitrinas. E essa outra mensagem é, mesmo, de alta prudência: “Aprenda a ver com os dois olhos”. Precisamos deles para navegar na maré de surrealismo que cobre outro setor da publicidade: “Na liquidação nacional, a casa x tritura preços”. Os preços virando pó, num país inteiramente líquido: vejam a força da imagem. Rara espécie animal aparece de repente: “Comprar na loja y é supergalinha-morta”.

Prosseguimos, invocados, sonhando “o sonho branco das noites de julho”. “Ponha uma onça no seu gravador”. “A alegria está no açúcar”. “Pneu de ombros arredondados é mais pneu”.

“Tip-Tip tem sabor de céu”. “Use nossa palmilha voadora”. “Seus pés estão chorando por falta das meias Rouxinol, que rouxinolizam o andar”. “Neste relógio, você escolhe a hora”. “Ponha você neste perfume”. “Toda a sua família cabe neste refrigerador e ainda sobra lugar para o peru de Natal”. “Sirva nossa lingerie como champanha; é mais leve e mais espumante”.

O olhador sente o prazer de novas associações de coisas, animais e pessoas; e esse prazer é poético. Quem disse que a poesia anda desvalorizada? A bossa dos anúncios prova o contrário. E ao vender-nos qualquer mercadoria, eles nos dão de presente “algo mais”, que é o produto da imaginação e tem serventia, as coisas concretas, que também de pão abstrato se nutre o homem.

1. Sobre o texto, leia as afirmativas.

I. É escrito em linguagem-padrão; possui um tom do discurso que varia entre o ligeiro e o polêmico, comum em crônicas.

II. Há nele caráter reflexivo e interpretativo, que parte de um assunto do cotidiano, um acontecimento banal.

III. Tem como intuito convencer o leitor, persuadi-lo a concordar com a ideia ou ponto de vista exposto.

IV. É injuntivo, pois possui a maioria dos verbos no imperativo.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

2. Verifica-se a interação do locutor em relação ao interlocutor na seguinte passagem do texto:

- a) "O olhador sente o prazer de novas associações de coisas, animais e pessoas; e esse prazer é poético."
- b) "O que é desenvolvimento!"
- c) "E ao vender-nos qualquer mercadoria, eles nos dão de presente 'algo mais'".
- d) Modelo fotográfico é categoria profissional respeitável, como outra qualquer."
- e) " Quem disse que a poesia anda desvalorizada?"

3. Luiz Felipe Pondé afirma não _____ mais vovôs e vovós como

antigamente, já que _____ cada vez mais _____ em copiar seus netos.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) haver ... encontra-se ... empenhados
- b) haver ... se encontram ... empenhados
- c) haverem ... se encontra ... empenhado
- d) haverem ... encontram-se ... empenhados
- e) haver ... encontra-se ... empenhado

4. Complete as lacunas com os verbos, tempos e modos indicados entre parênteses, fazendo a devida concordância.

• O juiz agrário ainda não _____ no conflito porque surgiram fatos novos de ontem para hoje. (intervir - pretérito perfeito do indicativo)

• Uns poucos convidados _____ -se com os vídeos postados no facebook. (entreter - pretérito imperfeito do indicativo)

• Representantes do PCRT somente serão aceitos na composição da chapa quando se _____ de criticar a atual diretoria do clube (abster-se - futuro do subjuntivo)

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) interveio - entretinham - abstiverem
- b) entreviu - entretiveram - absterem
- c) intervém - entreteram - abstêm
- d) interviera - entretêm - abstiverem
- e) intervirá - entretenham - abstiveram

5. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase a seguir.

Quando _____ três meses disse-me que iria _____ Grécia para visitar _____ sua tia, vi-me na obrigação de ajudá-la _____ resgatar as milhas _____ quais tinha direito.

- a) a - há - à - à - às
- b) há - à - a - a - às
- c) há - a - há - à - as
- d) a - à - a - à - às
- e) a - a - à - há - as

6. Assinale a frase em que todas as ocorrências de crase estão corretamente assinaladas.

- a) Os ataques à propriedade são, às vezes, tão deploráveis quanto os atentados à cultura humana.
- b) Quanto a mim, estou disposto a dar o apoio à qualquer médico aqui presente.

c) Atendemos de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas, ininterruptamente.

d) Fiel à sua cartilha ideológica, recusou-se à concorrerá vaga.

e) Daqui à três meses, irei à Palestina e à Jor-dânia.

7. Em: Criminalidade e pobreza não andam necessariamente de mãos dadas., a palavra necessariamente poderia ser substituída, sem prejuízo para o sentido do que é dito por

- a) possivelmente.
- b) totalmente
- c) praticamente.
- d) obrigatoriamente.
- e) naturalmente.

8. Assinale a alternativa em que a frase está reescrita corretamente, em conformidade com a norma-padrão da língua.

Encontram-se na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.

- a) Têm sido encontradas na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
- b) Têm sido encontrados na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
- c) Têm sido encontrado na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
- d) Tem sido encontrado na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.
- e) Tem sido encontrada na praia, todos os anos, centenas de crianças perdidas da família.

9. A classificação da oração destacada no fragmento "O real e válido, na árvore, é a reta QUE VAI PARA CIMA." é oração subordinada:

- a) adjetiva restritiva.
- b) substantiva predicativa.
- c) adverbial causal.
- d) substantiva subjetiva.
- e) adjetiva explicativa.

10. Em "A inspiração é tanta QUE transborda [...]", a palavra destacada, morfologicamente, é:

- a) conjunção integrante.
- b) índice de indeterminação do sujeito.
- c) partícula apassivadora.
- d) pronome reflexivo.
- e) conjunção subordinativa.

Texto II (Questões 11 a 15)

A morte do narrador

Recentemente recebi um e-mail de uma leitora perguntando a razão de eu ter, segundo ela, uma visão tão dura para com os idosos. O motivo da sua pergunta era eu ter dito, em uma de minhas colunas, que hoje em dia não existiam mais vovôs e vovós, porque estavam todos na academia querendo parecer com seus netos.

Claro, minha leitora me entendeu mal. Mas o fato de ela ter me entendido mal, o que acontece com frequência quando se discute o tema da velhice, é comum, principalmente porque o próprio termo “velhice” já pede sinônimos politicamente corretos, como “terceira idade”, “melhor idade”, “maturidade”, entre outros.

Uma característica do politicamente correto é que, quando ele se manifesta num uso linguístico específico, é porque esse uso se refere a um conceito já considerado como algo ruim. A marca essencial do politicamente correto é a hipocrisia articulada como gesto falso, ideias bem comportadas.

Voltando à velhice. Minha leitora entendeu que eu dizia que idosos devem se afundar na doença, na solidão e no abandono, e não procurar ser felizes. Mas, quando eu dizia que eles estão fugindo da condição de avós, usava isso como metáfora da mentira (politicamente correta) quanto ao medo que temos de afundar na doença, antes de tudo psicológica, devido ao abandono e à solidão, típicos do mundo contemporâneo. Minha crítica era à nossa cultura, e não às vítimas dela. Ela cultua a juventude como padrão de vida e está intimamente associada ao medo do envelhecimento, da dor e da morte. Sua opção é pela “negação”, traço de um dos sintomas neuróticos descritos por Freud.

Walter Benjamim, filósofo alemão do século XX, dizia que na modernidade o narrador da vida desapareceu. Isso quer dizer que as pessoas encarregadas, antigamente, de narrar a vida e propor sentido para ela perderam esse lugar. Hoje os mais velhos querem “aprender” com os mais jovens (aprender a amar, se relacionar, comprar, vestir, viajar, estar nas redes sociais). Esse fenômeno, além de cruel com o envelhecimento, é também desorganizador da própria juventude. Ouço cotidianamente, na sala de aula, os alunos demonstrarem seu desprezo por pais e mães que querem aprender a viver com eles.

Alguns elementos do mundo moderno não ajudam a combater essa desvalorização dos mais velhos. As ferramentas de informação,

normalmente mais acessíveis aos jovens, aumentam a percepção negativa dos mais velhos diante do acúmulo de conhecimento posto a serviço dos consumidores, que questionam as “verdades constituídas do passado”. A própria estrutura sobre a qual se funda a experiência moderna – ciência, técnica, superação de tradição – agrava a invisibilidade dos mais velhos. Em termos humanos, o passado (que “nada” serve ao mundo do progresso) tem um nome: idoso. Enfim, resta aos vovôs e vovós ir para a academia ou para as redes sociais.

11. Segundo o autor, sua leitora o interpretou mal ao supor que as críticas feitas em uma de suas colunas estavam direcionadas aos idosos, quando, na verdade, ele contestava

- a) a noção de que o idoso pode estar sujeito ao surgimento de doenças.
- b) o fato de a ciência moderna ainda se inspirar nos valores do passado.
- c) o uso do termo “negação” para designar um dos sintomas neuróticos.
- d) a sociedade que supervaloriza a juventude e nega o envelhecimento.
- e) os valores do passado, os quais não se ajustam à ideia de progresso.

12. Ao explicar por que os idosos “estão fugindo da condição de avós”, o autor defende a tese de que o homem moderno tem

- a) desejo de libertar-se por meio da morte.
- b) medo de ser abandonado e ficar só.
- c) pretensão de elevar-se pelo sofrimento.
- d) nostalgia dos tempos da infância.
- e) receio de perder os bens materiais.

13. De acordo com o texto, o que contribui para a desvalorização dos mais velhos na sociedade atual são

- a) o culto à beleza e a falta de tratamento para doenças típicas da velhice.
- b) o desprestígio da ciência e a dificuldade dos jovens em aprender com os adultos.
- c) a estagnação do progresso e a popularização de termos politicamente corretos.
- d) as ferramentas de informação e o questionamento do saber tradicional.
- e) o consumismo exagerado e o número reduzido de idosos na sociedade.

14. A partir da leitura do quinto parágrafo, conclui-se corretamente que

- a) o envelhecimento das gerações está cada vez mais precoce, o que se percebe ao se observarem os alunos em sala de aula.
- b) a nova geração tem se vangloriado do fato de os mais velhos demonstrarem interesse em aprender com ela.
- c) o fato de os mais velhos buscarem se parecer com os mais jovens acarreta um maior afastamento entre as gerações.
- d) os jovens estão se transformando em indivíduos fúteis e alienados em virtude da falta de diálogo com os mais velhos.
- e) a interação entre diferentes faixas etárias tem se mostrado profícua para a valorização do saber dos idosos.

15. Conforme o autor, hoje em dia “resta aos vovôs e vovós ir para a academia ou para as redes sociais”, porque

- a) resolveram contribuir mais ativamente para a sociedade.
- b) tendem a ignorar as regras da sociedade de consumo.
- c) estão isentos dos sintomas neuróticos da sociedade atual.
- d) optaram por negligenciar a convivência em família.
- e) perderam seu papel de narrar e de interpretar a vida.

Direito Penal

16. A extinção da própria vida já foi objeto de sancionamento penal em diversos países. Esclarece Galdino Siqueira (Tratado, tomo III, p. 68) que o direito romano punia com confisco de bens o ato de suicidar-se para fugir a uma acusação ou à pena por outro delito. A mesma pena foi aplicada em França. O confisco-segundo o autor-persistia na Inglaterra no início do século XX, desde que o suicídio não fosse efeito de uma desordem mental provada. Tendo por base o confisco de bens outrora pertencentes ao suicida - que tem herdeiros - como forma de punição penal, é correto afirmar que responsabilização de terceiros pela conduta de alguém viola o princípio penal, denominado:

- a) individualização judicial da pena.
- b) taxatividade
- c) intranscendência.
- d) ofensividade.
- e) inderrogabilidade.

17. Expressiva parcela da doutrina sustenta a inadequação do crime de escrito ou objeto obsceno (art. 234 do CP) para com os princípios que instruem o direito penal democrático. Um dos focos dessa inadequação reside na indevida alocação do sentimento público de pudor como objeto da tutela jurídica. Isso representa, em tese, violação ao princípio da:

- a) intranscendência.
- b) culpabilidade.
- c) taxatividade.
- d) ofensividade.
- e) insignificância.

18. Quanto à eficácia temporal da Lei Penal, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

(I) Novatio legis incriminadora.

(II) Novatio legis in pejus.

(III) Novatio legis in mellius.

(IV) Abolítio criminis.

(V) Ultra-atividade.

(A) Lei supressiva de incriminação.

(B) Aplicável às leis temporais e excepcionais.

(C) Lei nova incrimina fato anteriormente considerado lícito.

(D) Lei nova modifica o regime anterior, agravando a situação do sujeito.

(E) Lei nova modifica o regime anterior, beneficiando a situação do sujeito.

- a) I-C, II-D, III-A, IV-E, V-B.
- b) I-C, II-D, III-E, IV-A, V-B.
- c) I-D, II-B, III-A, IV-E, V-C.
- d) I-D, II-C, III-B, IV-A, V-E.
- e) I-D, II-C, III-E, IV-A, V-B.

19. Com relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) A lei penal mais benéfica é portadora da retroatividade, mas não da ultratividade.
- b) A lei penal mais benéfica é portadora da ultratividade, mas não da retroatividade.
- c) Uma lei penal em prejuízo do réu só poderá retroagir antes de iniciado o processo penal.
- d) A lei penal incriminadora é portadora da ultratividade.
- e) A lei penal descriminalizadora é portadora da extratividade.

20. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, mas desde que presentes algumas condições (entrar o agente no território nacional; ser o fato punível também no país em que foi praticado; estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável), os crimes

- a) contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- b) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- c) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- d) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- e) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

21. Assinale a alternativa que apresente local que não é considerado como extensão do território nacional para os efeitos penais.

- a) aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, desde que o crime figure entre aqueles que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- b) as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- c) as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública, onde quer que se encontrem.
- d) aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- e) as embarcações e aeronaves brasileiras, a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.

22. Por teoria da ratio essendi entende-se o(a):

- a) estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que orientará iniciativas político-criminais pelo prisma da ultima ratio.

- b) ingresso pelo agente nos atos executórios de um crime, quando este se posta, de acordo com sua idealização, em atividade imediata e diretamente coligada à realização do tipo.

- c) possibilidade de punição da punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.

- d) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado, de sorte que dolo e culpa, para a teoria, são espécies de culpabilidade.

- e) fusão entre dois substratos do conceito analítico de crime, a saber, a tipicidade e a antijuridicidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico (injusto) e pela culpabilidade.

23. De acordo com doutrina majoritária no mundo, o conceito analítico de crime o define como um fato típico, antijurídico e culpável, sendo que, ao analisarmos um fato supostamente criminoso, devemos investigar seus requisitos nessa sequência. Por causa disso, é correto afirmar que:

- a) um fato praticado sob coação moral irresistível não é crime porque lhe falta culpabilidade, porém ele continua sendo antijurídico.

- b) um fato praticado sob legítima defesa não é crime porque lhe falta antijuridicidade, porém ele continua sendo culpável.

- c) um fato praticado sob estado de necessidade não é crime porque lhe falta tipicidade e, por consequência, faltam-lhe também antijuridicidade e culpabilidade.

- d) um fato praticado por menor de 18 anos não é crime porque lhe falta tipicidade, já que os atos atribuídos a adolescentes não podem ser alcançados pelo Código Penal.

- e) um fato praticado sob erro de proibição invencível não é crime porque lhe faltam antijuridicidade e culpabilidade, porém ele continua sendo típico.

24. NÃO ocorre nexos de causalidade nos crimes:

- a) de mera conduta;

- b) materiais;

- c) omissivos impróprios;

- d) comissivos por omissão;

- e) de dano.

25. Giordano, ao dirigir seu automóvel de maneira negligente, perdeu o controle do carro, matando cinco pessoas e lesionando gravemente outras cinco.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Giordano agiu em continuidade delitiva, devendo ser-lhe aplicada a pena mais grave, aumentada de um sexto até a metade.
- b) Atualmente, considera-se que tais situações devem ser entendidas como crime único, aplicando-se apenas uma das penas, ou seja, a mais leve.
- c) Giordano praticou crimes em concurso material e responderá pela pena de cada um deles.
- d) Giordano praticou crimes em concurso formal, devendo a pena dos crimes ser somada, visto que, nesse caso, o cúmulo material é mais favorável que a exasperação.
- e) Giordano praticou crimes em concurso formal, devendo ser-lhe aplicada a pena mais grave, aumentada de um sexto até a metade.

26. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. Trata-se da definição legal do

- a) concurso formal.
- b) concurso material.
- c) concurso material benéfico.
- d) princípio da consunção
- e) crime continuado.

27. Uma jovem, ao sair da faculdade à noite, é rendida por um homem que a estupra brutalmente, proferindo-lhe várias ameaças. Aproveitando-se de uma distração do bandido e temendo por sua vida, a vítima empreende fuga correndo desesperadamente e, ao atravessar a rua, é atropelada por um veículo que passava pelo local, morrendo imediatamente. Na qualidade de Delegado de Polícia, assinale a alternativa que contempla a correta tipificação da conduta daquele que atacou a jovem.

- a) Estupro.
- b) Estupro qualificado pelo resultado morte.
- c) Homicídio e estupro em concurso formal.
- d) Homicídio e estupro em concurso material.
- e) Homicídio.

28. Relativamente ao concurso de crimes, assinale a afirmativa incorreta:

- a) O concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- b) Na presença de um concurso formal, aplica-se ao agente a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade, salvo se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos (hipótese em que as penas aplicam-se cumulativamente).
- c) Quando se tratar de crime continuado, aplica-se ao agente a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- d) Quando se tratar de crime continuado em que os crimes sejam dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz poderá, observados os artigos 70, 71 e 74 do Código Penal, aumentar a pena mais grave até o triplo.
- e) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas de acordo com as regras aplicáveis às penas privativas de liberdade.

29. Lucileide, ao sair de sua residência, foi rendida por dois homens, que portavam armas de fogo, e colocada no porta-malas do seu próprio veículo. Os marginais percorreram por muitas horas vários bairros, sendo exigido sempre de Lucileide efetuar vários saques bancários em contas de sua titularidade, sempre sob a ameaça de armas, inclusive sob a ameaça de ser violentada sexualmente. Logo, Lucileide foi vítima do delito de:

- a) cárcere privado (artigo 148 do CP).
- b) roubo (artigo 157, § 2, V, do CP).
- c) extorsão simples (artigo 158, caput do CP).
- d) extorsão qualificada (artigo 158, § 3º do CP).
- e) extorsão mediante sequestro (artigo 159 do CP).

30. Apropriar-se de coisa que está em sua detenção - embora vigiada -, com dolo de assenhoramento surgido posteriormente ao recebimento da coisa e valendo-se de concurso de pessoas na execução da conduta, configura crime de:

- a) furto qualificado.
- b) apropriação indébita.

- c) apropriação indébita qualificada.
- d) furto.
- e) estelionato.

31. Marcelo é aprovado em concurso público para o cargo de Delegado de Polícia. Sabe que seu vizinho tem expedido em seu desfavor mandado de prisão. Mesmo antes de assumir o cargo, Marcelo procura seu vizinho, que é proprietário de automóvel de luxo, e solicita-lhe comprar o veículo por 1/3 do preço de mercado, insinuando de modo implícito que caso a proposta não seja aceita efetuará sua prisão tão logo assuma o cargo público. O vizinho não cede e Marcelo, mesmo após assumir o cargo, não toma qualquer atitude em desfavor de seu vizinho. Marcelo praticou

- a) corrupção passiva.
- b) estelionato, na modalidade tentada.
- c) meros atos preparatórios.
- d) corrupção passiva, na modalidade tentada.
- e) concussão.

32. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os crimes de latrocínio, extorsão, roubo qualificado e extorsão mediante sequestro são classificados como hediondos.
- b) O crime de extorsão mediante sequestro classifica-se como crime material que se consuma quando o agente obtém a vantagem econômica exigida.
- c) No roubo o bem é retirado da vítima, enquanto que na extorsão ela própria é quem o entrega ao agente.
- d) O denominado “sequestro relâmpago” é uma modalidade de crime de extorsão cometido mediante a privação total da liberdade da vítima.
- e) As formas qualificadas do roubo não decorrem, necessariamente, do emprego da violência.

33. Sobre o crime de furto descrito no Art. 155 do Código Penal, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

() Tem por objeto material a coisa alheia móvel, entendendo-se por coisa qualquer substância corpórea, material, ainda que não tangível, suscetível de apreensão e transporte, incluindo os corpos gasosos, os instrumentos e os títulos, quando não forem documentos, as árvores, os navios, as aeronaves, englobando tudo aquilo que pode ser destacado e subtraído.

() Tem como sujeito ativo qualquer pessoa, sendo considerado como qualquer pessoa até mesmo o proprietário, desde que o bem esteja na posse de terceiro. Tem como sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, titular da posse, incluída a detenção ou a propriedade.

() O elemento subjetivo do tipo é o dolo, consistente na vontade de subtrair coisa móvel. No entanto, não é necessário que a vontade abranja o elemento normativo “alheia”.

() Para tipificação do furto privilegiado, é necessária a presença de dois requisitos cumulados, ou seja, que o criminoso seja primário e que a coisa seja de pequeno valor. Sendo o réu reincidente, mesmo que a coisa seja de pequeno valor, não há a tipificação do furto privilegiado.

() Para tipificar a qualificadora “com destruição ou rompimento de obstáculo à coisa”, é necessário que a violência empregada seja não só contra o obstáculo, mas contra a coisa também.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, F, F.
- b) V, F, V, F, F.
- c) V, F, F, V, F.
- d) F, V, V, F, V.
- e) F, V, F, V, V.

34. Assinale a opção correta relacionada à imputabilidade penal, considerando um caso em que o laudo de exame médico-legal psiquiátrico não foi capaz de estabelecer o nexo causal entre o distúrbio mental apresentado pelo periciado e o comportamento delituoso.

- a) O diagnóstico de doença mental é suficiente para tornar o agente inimputável.
- b) A doença mental seria atenuante quando considerada a dosimetria da pena, devendo o incriminado cumprir de um sexto a um terço da pena.
- c) Trata-se de caso de aplicação de medidas de segurança.
- d) Deverá ser realizada nova perícia.
- e) O agente deve ser responsabilizado criminalmente.

35. “X”, em um cinema, durante a exibição de um filme que continha cenas de sexo, é

flagrado por policiais expondo e manipulando sua genitália. Tal conduta, em tese,

- a) tipifica o crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem.
- b) tipifica o crime de ato obsceno.
- c) tipifica o crime de favorecimento da prostituição.
- d) não tipifica crime algum, em razão da existência de excludente de ilicitude.
- e) não tipifica crime algum, uma vez que “X” estava em local apropriado para a prática desse tipo de conduta.

36. Jomar alega ser capaz de influir na decisão a ser tomada por um Juiz de Direito, solicitando certa quantia em dinheiro a Ovídio para garantir uma sentença favorável aos interesses deste. Jomar insinua, ainda, que parte do dinheiro será direcionada ao Juiz. Considerando que todas as alegações são fraudulentas, majoritariamente se afirma que a conduta de Jomar:

- a) é atípica.
- b) configura crime de estelionato.
- c) afeta a honra objetiva do magistrado, existindo calúnia.
- d) caracteriza exploração de prestígio.
- e) se subsume ao tipo penal que prevê o tráfico de influência.

37. Vantuir e Lúcio cometeram, em momentos distintos e sem associação, crimes previstos na Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). No momento da ação, Vantuir, em razão de dependência química e de estar sob influência de entorpecentes, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. Lúcio, ao agir, estava sob efeito de droga, proveniente de caso fortuito, sendo também incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Nessas situações hipotéticas, qualquer que tenha sido a infração penal praticada,

- a) Vantuir terá direito à redução de pena de um a dois terços e Lúcio será isento de pena.
- b) somente Vantuir será isento de pena.
- c) Lúcio e Vantuir serão isentos de pena.
- d) somente Lúcio terá direito à redução de pena de um a dois terços.
- e) Lúcio e Vantuir terão direito à redução de pena de um a dois terços.

38. Leia as assertivas a seguir.

I. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de infração de

menor potencial ofensivo lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

II. No crime de lesão corporal no âmbito da violência doméstica contra a mulher, a autoridade policial, lavrará o termo circunstanciado, porém este não será encaminhado ao juizado especial criminal e sim ao juizado de violência doméstica familiar.

III. No crime de lesão corporal no âmbito da violência doméstica contra a mulher, ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer será arbitrada fiança ou, em caso de negativa, será imposta a prisão em flagrante.

IV. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) I e III.

Direito Processual Penal

39. Em matéria de prova no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA

- a) No Sistema Acusatório não há distribuição de cargas probatórias, posto que a carga da prova está inteiramente nas mãos do acusador.
- b) O problema da carga probatória é uma regra para o juiz, proibindo-o de condenar alguém cuja culpabilidade não haja sido provada.
- c) Incumbe ao acusador provar a presença de todos os elementos que integram a tipicidade, ilicitude e a culpabilidade, bem como a inexistência das causas de justificação.
- d) O princípio do contraditório relaciona-se intimamente com o princípio do audiatur et altera pars, com a oitiva de ambas as partes, sob pena de parcialidade do magistrado.
- e) Em termos de valoração das provas, o Brasil adota o sistema legal de provas.

40. Assinale a alternativa em que se encontra uma característica do sistema acusatório.

- a) O julgador é protagonista na busca pela prova.
- b) As decisões não precisam ser fundamentadas.
- c) A atividade probatória é atribuição natural das partes.
- d) As funções de acusar e de julgar são concentradas em uma pessoa.
- e) As decisões são sempre sigilosas.

41. No plano da teoria do garantismo, para Ferrajoli, em sua clássica obra Direito e Razão, na lógica do Estado de Direito, as funções de polícia judiciária deveriam ser organizadas de forma independente não apenas funcional, mas, também hierárquica e administrativamente dos diversos poderes aos quais auxiliam, ou seja, deveria ter a garantia de independência. Tal ideia deita raízes na estrutura acusatória que visa uma investigação isenta na apuração da verdade e não a serviço da acusação. À luz das premissas acima expostas, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao delegado de polícia arquivar o inquérito policial.
- b) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado e o indiciamento, que é privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- c) O Ministério Público pode não apenas requisitar a instauração do inquérito, como também determinar autoridade policial o indiciamento de um investigado.
- d) O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso, conduzido por delegado de polícia, somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico ou pelo Ministério Público, por motivo de conveniência e oportunidade.
- e) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, proceder a buscas domiciliares, buscar e apreender documentos e dados que interessem à apuração dos fatos, independentemente da autorização judicial.

42. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- a) em todos os casos, proceder ao exame de corpo de delito.
- b) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- c) prender o réu e proceder a identificação criminal.
- d) proceder a busca domiciliar independentemente de autorização judicial.
- e) determinar que o inspetor de polícia se dirija ao local do crime e recolha todas as informações e provas, preservando o local até a chegada dos peritos.

43. À luz do que dispõe o código de processo penal sobre inquérito policial assinale a alternativa correta.

- a) No relatório, a autoridade policial não poderá indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas no inquérito.
- b) Quando o fato for de difícil elucidação, estando o indiciado solto ou preso, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.
- c) O delegado poderá delegar a oitiva do indiciado e de eventuais testemunhas ao inspetor de polícia.
- d) O inquérito deverá terminar no prazo de 03 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou preso preventivamente; contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- e) O inquérito policial deve terminar no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

44. O Código de Processo Penal prevê a requisição, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações, de disponibilização imediata de sinais que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos de delito em curso, se isso for necessário à prevenção e à repressão de crimes relacionados ao tráfico de pessoas. Essa requisição pode ser realizada pelo

- a) delegado de polícia, independentemente de autorização judicial e por prazo indeterminado

b) Ministério Público, independentemente de autorização judicial, por prazo não superior a trinta dias, renovável por uma única vez, podendo incluir o acesso ao conteúdo da comunicação.

c) delegado de polícia, mediante autorização judicial e por prazo indeterminado, podendo incluir o acesso ao conteúdo da comunicação.

d) delegado de polícia, mediante autorização judicial, devendo o inquérito policial ser instaurado no prazo máximo de setenta e duas horas do registro da respectiva ocorrência policial.

e) Ministério Público, independentemente de autorização judicial e por prazo indeterminado.

45. Sobre ação penal, assinale a correta.

a) No crime de lesão corporal culposa no trânsito, a representação é uma condição específica de prosseguibilidade.

b) Para a doutrina tradicional são condições da ação penal a legitimidade, o interesse de agir e a causa de pedir.

c) Na ação penal privada podemos observar a hipótese de legitimidade extraordinária que dá azo a ocorrência da sucessão processual.

d) Parte da doutrina sustenta, quanto a ação penal condenatória, a existência de 05 (cinco) condições para o regular exercício do direito de ação, a saber: legitimidade, interesse de agir, possibilidade jurídica da demanda, justa causa e originalidade.

e) Não existe no processo penal a figura do assistente litisconsorcial.

46. Acerca da ação penal, suas características, espécies e condições, assinale a opção correta.

a) A perempção incide tanto na ação penal privada exclusiva quanto na ação penal privada subsidiária da ação penal pública.

b) Os prazos prescricionais e decadenciais incidem de igual forma tanto na ação penal pública condicionada à representação do ofendido quanto na ação penal pública condicionada à representação do ministro da Justiça.

c) De regra, não há necessidade de a queixa-crime ser proposta por advogado dotado de poderes específicos para tal fim, em homenagem ao princípio do devido processo legal.

d) Tanto na ação pública condicionada à representação quanto na ação penal privada, se o ofendido tiver menos de vinte e um anos de idade e mais de dezoito anos de idade, o direito de queixa ou de representação poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.

e) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do MP, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

47. No caso de morte do ofendido

a) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.

b) o direito de oferecer queixa se extinguirá; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.

c) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

d) no curso da ação privada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

e) no curso da ação pública condicionada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

48. No caso de morte do ofendido

a) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.

b) o direito de oferecer queixa se extinguirá; nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, instaurará de ofício a ação penal.

c) o direito de oferecer queixa passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão;

nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

d) no curso da ação privada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

e) no curso da ação pública condicionada, declarar-se-á a extinção da punibilidade do ofensor; nos crimes de ação pública condicionada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

49. À luz da legislação processual penal e da jurisprudência e doutrina majoritária a respeito da matéria, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o CPP, em regra, o exame de corpo de delito será realizado por ao menos dois peritos oficiais portadores de diploma de curso superior.

b) Conforme o STF, a perícia sobre a aptidão da arma de fogo para efetuar disparos é necessária para que se configure o crime de roubo circunstanciado por emprego de arma de fogo.

c) Em se tratando de crime de falsificação de documento público, a falta de perícia, por ter-se recusado o réu a colaborar para a realização de exame grafotécnico, não pode ser suprida por outros meios de prova.

d) Durante o inquérito policial, as medidas cautelares pessoais poderão ser decretadas pelo juiz mediante representação da autoridade policial, de ofício ou após requerimento do Ministério Público.

e) Conforme dispositivo expresso no CPP, a prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar que o agente praticou o fato por estado de necessidade.

50. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

b) A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que

possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

c) Proceder-se-á, sempre, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

d) Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos parentes, que poderão instruir os laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

e) Nos casos de morte violenta bastará o simples exame externo do cadáver, quando houver infração penal que apurar ou quando as lesões internas não permitirem precisar a causa da morte ou a verificação de alguma circunstância relevante.

51. No que concerne ao processo comum, assinale a opção correta.

a) A falta de justa causa para o exercício da ação penal, considerada por muitos doutrinadores como a quarta condição da ação, não é hábil a ensejar a rejeição da denúncia por parte do juiz. Isso porque, sendo o MP o titular da ação penal pública, não é dado ao magistrado analisar a viabilidade da denúncia sob o aspecto da justa causa, nesse momento processual.

b) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, após o oferecimento da denúncia, o juiz a recebe e ordena a citação do acusado para ser interrogado, no prazo máximo de dez dias, em se tratando de réu preso.

c) A absolvição sumária é instituto exclusivo do procedimento do júri, cabendo nas hipóteses de existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato ou da culpabilidade ou punibilidade do agente.

d) Finda a instrução, as partes têm o prazo de 24 horas para requererem diligências que repute impescindíveis ao deslinde da causa.

e) Vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz, segundo o qual o juiz que presidiu a instrução deve proferir a sentença.

52. Tendo em vista a correta classificação, considera-se em flagrante delito quem:

a) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir

ser ele autor da infração, ou seja, flagrante impróprio.

b) acaba de cometer a infração penal, ou seja, flagrante próprio.

c) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa em situação que faça presumir ser autor da infração, ou seja, flagrante presumido.

d) é preso por flagrante provocado.

e) está cometendo a infração penal, ou seja, crime imperfeito.

53. Pedro, Joaquim e Sandra foram presos em flagrante delito. Pedro, por ter ofendido a integridade corporal de Lucas, do que resultou debilidade permanente de um de seus membros; Joaquim, por ter subtraído a bicicleta de Lúcio, de vinte e cinco anos de idade, no período matutino — Lúcio a havia deixado em frente a uma padaria; e Sandra, por ter subtraído o carro de Tomás mediante grave ameaça.

Considerando-se os crimes cometidos pelos presos, a autoridade policial poderá conceder fiança a

a) Joaquim somente.

b) Pedro somente.

c) Pedro, Joaquim e Sandra.

d) Pedro e Sandra somente.

e) Joaquim e Sandra somente.

54. Será cabível a concessão de liberdade provisória ao indivíduo que for preso em flagrante devido ao cometimento do crime de I estelionato;

II latrocínio;

III estupro de vulnerável.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e III estão certos.

b) Apenas os itens II e III estão certos.

c) Todos os itens estão certos.

d) Apenas o item I está certo.

e) Apenas os itens I e II estão certos.

55. Com relação à prisão temporária, assinale a opção correta

a) A prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz de ofício ou mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

b) Conforme o STJ, a prisão temporária não pode ser mantida após o recebimento da denúncia pelo juiz.

c) São três os requisitos indispensáveis para a decretação da prisão temporária, conforme a doutrina majoritária: imprescindibilidade para as investigações; existência de indícios de autoria ou participação; e indiciado sem residência fixa ou identificação duvidosa.

d) É cabível a prisão temporária para a oitiva do indiciado acerca do delito sob apuração, desde que a liberdade seja restituída logo após a ulatimação do ato.

e) A prisão temporária poderá ser decretada tanto no curso da investigação quanto no decorrer da fase instrutória do competente processo criminal.

56. Sobre habeas corpus assinale a alternativa correta.

a) Não cabe habeas corpus contra ato de Delegado de Polícia.

b) O delegado de polícia não pode impetrar habeas corpus.

c) Para a doutrina, o habeas corpus, a revisão criminal e o mandado de segurança não são recursos e sim ações autônomas de impugnação.

d) O habeas corpus não pode ser concedido de ofício pelo Juiz ou tribunal.

e) O habeas corpus contra ato de Delegado de Polícia deve ser julgado pelo Tribunal de Justiça.

57. Maria foi denunciada pela prática do crime de furto na modalidade simples. O Ministério Público, considerando estarem presentes as condições para propositura da suspensão condicional do processo prevista no art.89 da Lei nº 9.099/95, oferecera mencionada proposta que fora aceita por Maria e homologada pelo magistrado, tendo este suspenso o processo pelo prazo de dois anos com imposição das condições a serem cumpridas nesse prazo. Considerando a narrativa, assinale a assertiva CORRETA.

a) Maria poderá impetrar habeas corpus objetivando o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, embora tenha aceitado a proposta

b) Maria não poderá impetrar habeas corpus uma vez concordado com a suspensão condicional do processo, renuncia ao interesse de agir.

c) Não cabe habeas corpus no âmbito dos Juizados Especiais Criminais

d) Inexiste previsão legal para trancamento de ação penal via habeas corpus por ausência de justa causa.

e) Só é possível trancamento da ação penal nos casos de decisões que extinguem a punibilidade.

58. De acordo com o prescrito no Código de Processo Penal, aponte, dentre as alternativas abaixo, a que determina ser dever da autoridade judiciária dirigir-se até o local onde se encontra paciente de habeas corpus

a) quando o funcionário responsável pela prisão ilegal recusar-se a atender a ordem de apresentação do paciente ao juiz.

b) quando a pessoa não puder ser levada à presença do juiz por motivo de doença.

c) quando as informações prestadas pela autoridade coatora foram inconvincentes.

d) quando não houver meios para a apresentação do paciente sem risco à sua segurança pessoal em virtude de clamor público.

e) quando o detentor afirmar que a prisão é legal e a impetração do habeas corpus é infundada.

59. No que concerne à legislação que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995), pode-se afirmar que:

a) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, não pode ser executado no juízo civil competente.

b) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

c) ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo-se exigir fiança a critério da autoridade policial.

d) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.

e) havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

60. Godofredo tem a obrigação legal de cuidar de determinado idoso, mas o abandonou em um hospital — conduta prevista no art. 98, do Estatuto do Idoso, com pena de detenção de seis meses a três anos e multa. Paulo negou trabalho a um idoso, com a justificativa de que o pretendente ao emprego encontrava-se em idade avançada — conduta enquadrada no art. 100, II, do Estatuto do Idoso, com pena de reclusão de seis meses a um ano e multa. Nessas situações, as medidas despenalizadoras, previstas na Lei nº 9.099/1995 (lei dos juizados especiais),

a) poderão beneficiar ambos os acusados, desde que haja anuência das vítimas.

b) poderão beneficiar Paulo, com a transação penal, ao passo que Godofredo, com a suspensão condicional do processo.

c) não poderão beneficiar Godofredo nem Paulo.

d) poderão beneficiar apenas Godofredo.

e) poderão beneficiar apenas Paulo.

61. Acerca de jurisdição e competência em matéria criminal, assinale a opção correta.

a) Segundo entendimento do STJ, é de competência da justiça estadual processar e julgar crime contra funcionário público federal, estando ou não este no exercício da função.

b) A competência para julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante o órgão federal será dos juízes federais da seção judiciária da localidade em que o prefeito exercer ou tiver exercido o mandato.

c) A competência para julgar governador de estado que, no exercício do mandato, cometa crime doloso contra a vida será do tribunal do júri da unidade da Federação na qual aquela autoridade tenha sido eleita para o exercício do cargo público.

d) A competência para processar e julgar crime de roubo que resulte em morte da vítima será do tribunal do júri da localidade em que ocorrer o fato criminoso.

e) No Estado brasileiro, a jurisdição penal pode ser exercida pelo STF, e em todos os graus de jurisdição das justiças militar e eleitoral, e das justiças comuns estadual e federal, dentro do limite da competência fixada por lei.

Direito Constitucional

62. Quanto aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados na Constituição Federal, é correto afirmar como fundamento e objetivo, respectivamente:

- a) pluralismo político e promoção do bem de todos.
- b) independência nacional e construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) defesa da paz e igualdade entre os Estados.
- d) soberania da União e garantia do desenvolvimento nacional.
- e) livre-iniciativa e eliminação das desigualdades sociais e econômicas.

63. Viola o princípio constitucional do Estado Democrático de Direito a:

- a) intervenção federal nos Estados;
- b) restrição à liberdade de locomoção, durante a decretação de estado de sítio;
- c) restrição à liberdade de reunião, durante a decretação do estado de defesa;
- d) perda do mandato do Deputado ou Senador, por falta de decoro parlamentar;
- e) cassação de direitos políticos, em consequência de condenação criminal transitada em julgado.

64. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que com autorização e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- c) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- d) é livre a manifestação do pensamento, ainda que sob anonimato.
- e) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos

cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

65. Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta segundo interpretação dada pelo STF.

- a) Admite-se a apreensão, pela polícia federal e pela receita federal, de livros contábeis e documentos fiscais de clientes localizados em escritório de advocacia, pois escritório não se equipara a domicílio.
- b) A regra constitucional que preceitua ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma de eficácia contida que somente será aplicada quando houver regulamentação.
- c) É ilegal, por violação ao domicílio, a prova obtida por meio de escuta ambiental e exploração de local, em escritório de advocacia, realizada no período noturno, mesmo com ordem judicial.
- d) Suponha-se que um policial, imediatamente após a prisão em flagrante, tenha verificado, no celular do preso, os registros das últimas ligações. Nesse caso, essa prova é lícita, pois a interceptação telefônica não se confunde com os registros telefônicos.
- e) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, nela ninguém podendo penetrar, salvo em casos de desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

66. A respeito do Poder Judiciário e da política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) Não cabe recurso extraordinário a acórdão proferido pelo STJ nos processos de homologação de sentenças estrangeiras.
- b) Para atender aos juízos, aos juizados ou às varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, de família e penal, os tribunais deverão criar os centros judiciários de solução de conflitos e cidadania para realizarem sessões e audiências de conciliação e mediação.
- c) Suponha-se que um silvícola tenha cometido crime de homicídio contra outro silvícola, por motivos de ciúmes, dentro de uma reserva indígena. Nesse caso, conforme entendimento do STF, a competência para julgar esse crime será da justiça estadual.

d) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.

e) O procurador-geral da República pode, desde que após a conclusão do inquérito policial, havendo graves violações aos direitos humanos, requerer que ação penal tramite perante a justiça federal.

67. No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.

b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.

c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.

d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.

e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

68. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Nesse sentido é correto afirmar, exceto:

a) Aos corpos de bombeiros militares cabem as atribuições definidas em lei, salvo a execução de atividades de defesa civil.

b) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

c) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições previstas constitucionalmente, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

d) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

e) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

69. Segundo os ditames do artigo 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal, aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público alguns dos direitos igualmente assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e incisos, dentre os quais

a) fundo de garantia do tempo de serviço.

b) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

c) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

d) proteção em face da automação, na forma da lei.

e) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

70. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

b) os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

c) o ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

d) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

e) a União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

71. É correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal de 1988, que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende:

a) ao aproveitamento e à utilização racional e adequada dos recursos naturais disponíveis e à preservação do meio ambiente;

b) ao aproveitamento racional e adequado e à exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores;

c) à participação do proprietário nos resultados dos recursos naturais disponíveis da propriedade;

- d) às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;
- e) às desigualdades regionais e sociais, simultaneamente, com a defesa do meio ambiente.

Direito Administrativo

72. No que tange aos Poderes e Deveres da Administração Pública e dos administradores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O dever-poder de polícia pode ser integralmente delegado a pessoas jurídicas de direito privado.
- b) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o exercício da competência regulamentadora, no contexto do dever-poder normativo, não é exclusivo do Chefe do Poder Executivo. Assim, atos normativos podem ser exarados por agências reguladoras ou mesmo por órgãos colegiados da Administração direta ou indireta.
- c) De ordinário, a noção de dever-poder hierárquico compreende a possibilidade do chefe expedir ordens aos seus subordinados, contudo, este dever-poder não comporta a possibilidade de controle ou mesmo a revisão de atos do subordinado pelo superior hierárquico.
- d) O dever-poder normativo é incompatível com a existência dos denominados regulamentos autorizados, porque questões técnicas devem ser tratadas por leis e não por regulamentos expedidos no contexto da função administrativa.
- e) A supremacia geral não fundamenta o dever-poder de polícia, mas sim o dever-poder disciplinar.

73. De acordo com a legislação e a doutrina pertinentes, o poder de polícia administrativa

- a) pode manifestar-se com a edição de atos normativos como decretos do chefe do Poder Executivo para a fiel regulamentação de leis.
- b) é poder de natureza vinculada, uma vez que o administrador não pode valorar a oportunidade e conveniência de sua prática, estabelecer o motivo e escolher seu conteúdo.
- c) pode ser exercido por órgão que também exerça o poder de polícia judiciária.
- d) é de natureza preventiva, não se prestando o seu exercício, portanto, à esfera repressiva.
- e) é poder administrativo que consiste na possibilidade de a administração aplicar punições a agentes públicos que cometam infrações funcionais.

74. Acerca dos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- a) A autoexecutoriedade é considerada exemplo de abuso de poder: o agente público poderá impor medidas coativas a terceiros somente se autorizado pelo Poder Judiciário.
- b) À administração pública cabe o poder disciplinar para apurar infrações e aplicar penalidades a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, mesmo que não sejam servidores públicos.
- c) Poder vinculado é a prerrogativa do poder público para escolher aspectos do ato administrativo com base em critérios de conveniência e oportunidade; não é um poder autônomo, devendo estar associado ao exercício de outro poder.
- d) Faz parte do poder regulamentar estabelecer uma relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos, incluindo o poder de delegar e avocar atribuições.
- e) O dever de prestar contas aos tribunais de contas é específico dos servidores públicos; não é aplicável a dirigente de entidade privada que receba recursos públicos por convênio.

75. Determinado órgão público pretende dar publicidade a um instrumento convocatório com objetivo de comprar armas de fogo do tipo pistola, de calibre 380, usualmente vendidas no mercado brasileiro. O valor orçado da aquisição dos produtos é de R\$ 700.000. Nessa situação, a compra poderá ser efetuada mediante licitação na modalidade

- a) tomada de preço do tipo técnica e preço.
- b) concorrência do tipo melhor técnica.
- c) concorrência do tipo técnica e preço.
- d) pregão do tipo menor preço.
- e) tomada de preços do tipo menor preço.

76. Após o término de estágio probatório, a administração reprovou servidor público e editou ato de exoneração, no qual declarou que esta se dera por inassiduidade. Posteriormente, o servidor demonstrou que nunca havia faltado ao serviço ou se atrasado para nele chegar. Nessa situação hipotética, o ato administrativo de exoneração é

- a) nulo por ausência de finalidade.
- b) anulável por ausência de objeto.
- c) anulável por ausência de forma.
- d) anulável por ausência de motivação.

e) nulo por ausência de motivo.

77. Quanto aos requisitos do ato administrativo, responda a alternativa correta.

- a) A forma é elemento vinculado do ato administrativo, decorrente do princípio da solenidade, podendo ser exteriorizado de forma escrita, que é a regra, por sinal luminoso e mesmo por sons e gestos.
- b) A lei deverá determinar a forma de exteriorização do ato, podendo prever mais de uma forma, sendo que a ausência de forma do ato administrativo importa na sua ineficácia, embora seja perfeito ou existente e válido.
- c) A forma é elemento essencial ao ato, uma vez sendo desrespeitada a forma prescrita em lei o ato é inexistente.
- d) A forma do ato administrativo decorre do princípio da liberdade das formas, trazido do direito civil.
- e) A forma é elemento não essencial ao ato administrativo, sendo o seu vício sempre insanável.

78. Com relação aos bens públicos, é correto afirmar que

- a) as terras devolutas pertencem, em regra, à União.
- b) os bens públicos são impenhoráveis, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis.
- c) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso especial.
- d) a autorização de bem público para fins particulares se concretiza por meio de contrato administrativo após processo de licitação.
- e) o aforamento é uma forma de aquisição do domínio eminente do bem público por particular na qual há o pagamento de um laudêmio ou foro, sendo dispensada a licitação.

79. Acerca da organização administrativa, especificamente em relação aos contratos de gestão, julgue os itens a seguir, marcando apenas a opção correta.

- a) Os contratos de gestão das Agências Executivas serão celebrados com periodicidade mínima de quatro anos, com previsão de critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
- b) O Contrato de Gestão terá metas e objetivos definidos, bem como recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento de ambos. O Poder Executivo editará medidas de organização

administrativa específicas para as Agências Executivas.

- c) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia, fundação, sociedade de economia mista ou empresa pública que tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.
- d) O contrato de gestão, elaborado pelo órgão, ministério ou entidade supervisora, sem a participação da organização social, com a finalidade de garantia da supremacia do interesse público, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- e) Os contratos de gestão somente poderão ser celebrados entre a administração direta e as autarquias e fundação, não existindo previsão legal de celebração de contrato de gestão entre o poder público e entidades privadas.

80. São características da Administração Pública Direta:

- a) exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.
- b) exercício descentralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.
- c) exercício centralizado de atividades administrativas, descentralização, personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.
- d) exercício descentralizado de atividades administrativas, descentralização, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.
- e) exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

81. Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica:

- a) somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.
- b) submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.
- c) submete-se regime público, no que diz respeito à matéria de pessoal.

d) pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadoras para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no art. 173 da Constituição Federal.

e) não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

Direitos Humanos

82. Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que a(os):

a) três valores fundamentais dos direitos humanos são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

b) pessoas vítimas de perseguição tem direito de procurar asilo em outro país, mesmo nos casos em que a perseguição é motivada por crimes de direito comum.

c) liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.

d) direitos de liberdade previsto são relativos à esfera individual, não prevendo liberdades políticas relativas à participação do povo no governo.

e) liberdade religiosa é acessível a qualquer pessoa desde que sua manifestação seja feita de forma coletiva e em particular apenas.

83. Caracterizam-se como Regras Mínimas das Nações Unidas para tratamento dos Presos:

a) as diferentes categorias de presos deverão ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados, sendo vedada a utilização de diferentes zonas dentro de um mesmo estabelecimento.

b) todo preso terá, em cada semana de trabalho, a oportunidade de apresentar, no mínimo, um e, no máximo, três pedidos ou queixas ao diretor do estabelecimento ou ao funcionário autorizado a representá-lo.

c) as instalações de banho e ducha devem ser suficientes para que todos os reclusos possam, quando desejem ou lhes seja exigido, tomar banho ou ducha a uma temperatura adequada ao clima, tão frequentemente quanto necessário à higiene geral, de acordo com a estação do ano e a região geográfica, mas pelo menos uma vez por semana num clima temperado.

d) o preso que não trabalhar ao ar livre deverá ter, se o tempo permitir, pelo menos 30 minutos por dia para fazer exercícios apropriados ao ar livre.

e) as horas de trabalho serão fixadas de modo a deixar dois dias de descanso mensal e tempo suficiente para a educação e para outras atividades necessárias ao tratamento e reabilitação dos presos.

84. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Organização das Nações Unidas.

a) O nome Nações Unidas foi concebido pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas em decorrência das discussões que se seguiram ao término da primeira Guerra mundial.

b) Durante a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, que aconteceu na capital do Reino Unido, Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos, na cidade de São Francisco, local em que até hoje está sediada.

c) É propósito das Nações Unidas conseguir uma cooperação internacional para resolver os conflitos armados e os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural, humanitário ou religioso.

d) É propósito das Nações Unidas manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz sem reprimir os atos de agressão já iniciados.

e) A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros.

85. Considerando a sua evolução histórica, bem como o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

a) No sistema processual de proteção dos direitos humanos, as pessoas físicas são titulares de direitos perante os órgãos de supervisão internacional, mas carecem de capacidade processual nesse sistema.

b) No campo dos direitos humanos, desde a Declaração Universal de 1948, verifica-se a coexistência de diversos instrumentos de proteção estabelecendo regras de efeitos e conteúdo essencialmente formais.

c) A resolução de conflitos nos casos concretos de violações de direitos humanos é tema de interesse exclusivamente nacional dos Estados.

d) Os tratados podem agir como normas de direito interno, desde que ratificados e incorporados,

podendo influenciar a alteração, ou criação, de regulamentação nacional específica.

e) A partir de 1950, depois de estabelecida uma unidade conceitual dos direitos humanos, sua proteção internacional viu-se em acentuado declínio.

86. Sobre os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

a) Quanto ao processo de introdução dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil, o decreto legislativo editado não obriga o país a observar o Tratado, seja no plano internacional, seja no plano interno de acordo com o STF.

b) Após a Emenda Constitucional nº 45/2004, os tratados internacionais de direitos humanos têm status supraconstitucional, conforme entendimento do STF.

c) Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos se incorporam à ordem jurídica como leis ordinárias.

d) Pode-se afirmar que a súmula vinculante nº 11 (uso de algemas), editada pelo STF, não tem por base o Pacto de San José da Costa Rica.

e) Os tratados genéricos - não relacionados a direitos humanos - possuem, em regra, hierarquia constitucional.

Direito Civil

87. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A revogação de lei anterior por lei posterior só ocorre nos casos em que expressamente declarada.

b) A lei revogada é automaticamente restaurada se a lei revogadora tiver perdido a vigência.

c) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de apenas um dos nubentes.

d) Salvo disposição em contrário, uma lei começa a vigorar no Brasil sessenta dias depois de oficialmente publicada.

e) As regras sobre os direitos de família são determinadas pela lei do país em que a pessoa for domiciliada.

88. Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

a) os negócios jurídicos benéficos a apenas uma das partes se interpretam de forma ampla.

b) a validade da declaração de vontade dependerá sempre de forma especial.

c) o sentido literal da linguagem prevalece sobre a intenção embutida na declaração de vontade.

d) se a incapacidade do agente que o celebra for absoluta, o negócio jurídico é anulável.

e) se realizado por agente relativamente incapaz, ensejará nulidade relativa.

89. Sobre a posse, é correto afirmar que:

a) Considera-se de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

b) O locatário exerce detenção, não posse, do bem alugado.

c) A posse direta anula a indireta de quem foi havida.

d) A reintegração de posse não pode ser concedida contra o titular do domínio.

e) A posse injusta pode ser de boa-fé.

90. Sobre a responsabilidade civil extracontratual, é correto afirmar que:

a) o ato ilícito que dá ensejo à responsabilização civil não pode decorrer de omissão do agente.

b) depende da verificação dos seguintes elementos: ação ou omissão do agente, dano e nexo de causalidade.

c) o direito de exigir reparação civil não se transmite com a herança.

d) o dano experimentado pela vítima não pode ser de natureza moral.

e) a responsabilidade objetiva, para ser configurada, requer a culpa do agente.

Legislação Institucional

91. Não é uma atribuição do Delegado-Geral de Polícia da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul:

a) movimentar integrantes das carreiras lotados nas unidades que lhe são subordinadas, proporcionando equilíbrio entre unidades, observada a lotação setorial ou regional e os requisitos de provimento, nos termos desta Lei Complementar e regulamentos específicos.

b) avocar e redistribuir, excepcional e fundamentadamente, inquéritos policiais e outros procedimentos, instrumentos e atos oficiais, exceto os de natureza disciplinar.

c) autorizar integrantes das carreiras de lotação privativa na Diretoria-Geral a afastar-se em serviço para atuar em outros órgãos da Polícia Civil.

d) coordenar e supervisionar a execução dos serviços administrativos dos órgãos e unidades da Polícia Civil.

e) praticar atos necessários à operação das atividades da Polícia Civil, nos termos da legislação.

92. Os itens a seguir trazem disposições a respeito do procedimento de eleição para membros do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul, segundo a Lei Orgânica da corporação. Analise-os.

I. O voto é obrigatório, secreto e pessoal, vedado o voto postal e por representação, devendo ser realizado por meio de cédulas.

II. Exercerão o direito de voto todos os integrantes do quadro ativo do Grupo Polícia Civil.

III. As eleições serão realizadas no mês de maio, em escrutínio único, para escolha dos representantes das Comissões Permanentes de cada categoria, dos membros eleitos, dos membros representantes e respectivos suplentes.

IV. O mandato inicia-se com o exercício, que ocorrerá no primeiro dia útil do mês de junho e termina no último dia do mês de maio, ao final do quadriênio.

V. O Corregedor-Geral da Polícia Civil não só compõe como preside a Comissão Especial Eleitoral.

Está incorreto o que se afirmar em:

- a) III e V
- b) II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) I, II e IV
- e) I, II e III

93. Segundo a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, a Coordenadoria-Geral de Perícias será dirigida:

- a) pelo Coordenador-Geral de Perícias, nomeado pelo Governador, após indicação em lista sextupla por membros das carreiras da Polícia Civil.
- b) pelo Coordenador-Geral de Perícias, nomeado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, após indicação em lista tríplice por membros das carreiras que atuam em atividades de sua competência.
- c) pelo Coordenador-Geral de Perícias, nomeado pelo Governador, após indicação em lista sextupla por membros das carreiras da Polícia Civil.
- d) pelo Coordenador-Geral de Perícias, nomeado pelo Governador, após indicação em lista tríplice por membros das carreiras que atuam em atividades de sua competência.

e) pelo Coordenador-Geral de Perícias, nomeado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, após indicação do Governador do Estado.

94. Analise os itens a seguir, de acordo com o que regulamenta a Lei Orgânica da PCMS.

I. Fica expressamente vedado o regime de plantão em período diário superior a 12 horas ininterruptas.

II. Independentemente de carreira, classe ou grau da evolução profissional, o regime hierárquico não autoriza qualquer violação de consciência e de convencimento técnico e científico fundamentado.

III. Os ocupantes de cargos de natureza policial civil estão sujeitos à carga horária de 40 horas semanais, cumpridas sempre em expediente normal das repartições públicas estaduais.

IV. Na PC/MS, é obrigatória a observância dos níveis hierárquicos na designação para funções de chefia ou direção.

V. Hierarquia é o valor que agrega atitude de fidelidade profissional às disposições legais e às determinações técnicas e científicas fundamentadas e emanadas da autoridade competente.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e V
- c) I e IV
- d) IV e V
- e) I, II e III

95. Os membros da carreira de Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul são:

- a) vinculados à Delegacia-Geral da Polícia Civil.
- b) vinculados à Diretoria-Geral da Polícia Civil.
- c) subordinados à Delegacia-Geral da Polícia Civil.
- d) subordinados ao Conselho Superior da Polícia Civil.
- e) subordinados à Diretoria-Geral da Polícia Civil.

Medicina Legal e Criminologia

96. Diante de notícia sobre a ocorrência de crime de homicídio, policiais civis foram ao local para investigar o fato. Ao chegarem, foi possível observar que a vítima estava com o corpo totalmente em contato com o solo, em decúbito ventral, com as mãos amarradas para trás. Na região do pescoço, foi possível observar que havia um fio que circulava a

região por três vezes. A perícia no material revelou que nas duas pontas do fio havia um pedaço de madeira amarrado, o que possibilitava o tracionamento para lados opostos. O sulco provocado pelo fio era contínuo, com profundidade uniforme e em sentido horizontal, tendo lesionado a região inferior ao osso hioide. Diante das informações apresentadas acima, pode-se afirmar que houve:

- a) soterramento.
- b) enforcamento.
- c) esganadura.
- d) estrangulamento.
- e) afogamento

97. A perícia médico-legal em um cadáver indica uma lesão na cabeça, com característica estrelada na pele, forte impregnação de fumaça e detritos granulares provenientes da incombustão da pólvora no conduto produzido através da massa encefálica. Nesta, foi encontrado um objeto metálico, totalmente feito de chumbo, em forma ogival. Na lateral deste objeto foi identificada a presença de estriações. Com base nesses dados, pode-se dizer:

- a) Tal lesão é conhecida como sinal do rasgão crucial de Nerio Rojas.
- b) Apontam-se características de lesão provocada por projétil de arma de fogo de alta energia, cujo disparo foi feito a longa distância.
- c) O disparo foi efetuado a curta distância, o que impossibilita a formação do cone de dispersão.
- d) Tal lesão é cortocontusa.
- e) O cadáver possui lesão provocada por projétil de arma de fogo comum, tendo havido disparo com o cano da arma encostado na cabeça.

98. O exame médico-legal em um cadáver constatou a presença de um feto ainda no interior do útero, em meio líquido, com destacamento de amplas partes do tecido cutâneo, flictenas na epiderme, bem como cavalgamento dos ossos cranianos. Diante dessas informações, pode-se afirmar que o feto sofreu:

- a) maceração
- b) saponificação.
- c) eletroplessão.
- d) mumificação
- e) carbonização.

99. A respeito do conceito e das funções da criminologia, assinale a opção correta.

- a) A criminologia tem como objetivo estudar os delinquentes, a fim de estabelecer os melhores passos para sua ressocialização. A política criminal, ao contrário, tem funções mais relacionadas à prevenção do crime.
- b) A finalidade da criminologia em face do direito penal é de promover a eliminação do crime.
- c) A determinação da etimologia do crime é uma das finalidades da criminologia.
- d) A criminologia é a ciência que, entre outros aspectos, estuda as causas e as concausas da criminalidade e da periculosidade preparatória da criminalidade.
- e) A criminologia é orientada pela política criminal na prevenção especial e direta dos crimes socialmente relevantes, mediante intervenção nas manifestações e nos efeitos graves desses crimes para determinados indivíduos e famílias.

100. Em busca do melhor sistema de enfrentamento à criminalidade, a criminologia estuda os diversos modelos de reação ao delito. A respeito desses modelos, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o modelo clássico de reação ao crime, os envolvidos devem resolver o conflito entre si, ainda que haja necessidade de inobservância das regras técnicas estatais de resolução da criminalidade, flexibilizando-se leis para se chegar ao consenso.
- b) Conforme o modelo ressocializador de reação ao delito, a existência de leis que recrudescem o sistema penal faz que se previna a reincidência, uma vez que o infrator racional irá sopesar o castigo com o eventual proveito obtido.
- c) Para a criminologia, as medidas despenalizadoras, com o viés reparador à vítima, condizem com o modelo integrador de reação ao delito, de modo a inserir os interessados como protagonistas na solução do conflito.
- d) A fim de facilitar o retorno do infrator à sociedade, por meio de instrumentos de reabilitação aptos a retirar o caráter aflitivo da pena, o modelo dissuasório de reação ao crime propõe uma inserção positiva do apenado no seio social.
- e) O modelo integrador de reação ao delito visa prevenir a criminalidade, conferindo especial relevância ao ius puniendi estatal, ao justo, rápido e necessário castigo ao criminoso, como forma de intimidação e prevenção do crime na sociedade.

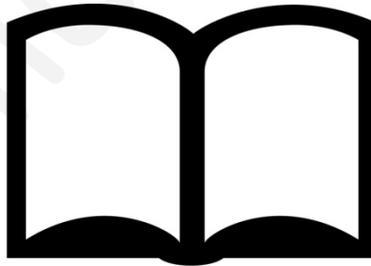
Gabarito

1. E	2. C	3. B	4. A	5. B	6. A	7. D	8. A	9. A	10. E
11. D	12. B	13. D	14. C	15. E	16. C	17. D	18. B	19. E	20. D
21. A	22. E	23. A	24. A	25. E	26. A	27. A	28. E	29. D	30. A
31. A	32. C	33. C	34. E	35. B	36. D	37. C	38. A	39. E	40. C
41. B	42. B	43. E	44. D	45. D	46. E	47. C	48. E	49. E	50. A
51. E	52. B	53. A	54. C	55. B	56. C	57. A	58. B	59. E	60. B
61. E	62. A	63. E	64. E	65. D	66. C	67. D	68. A	69. C	70. D
71. D	72. B	73. C	74. B	75. D	76. E	77. A	78. C	79. B	80. E
81. A	82. A	83. C	84. E	85. D	86. A	87. E	88. E	89. E	90. B
91. D	92. D	93. D	94. B	95. C	96. D	97. E	98. A	99. D	100. C

**Como foi?
Acertou várias?
Esperamos que sim!
Leia e releia as questões que você errou.**

**Avalie-nos quanto a esse Simulado.
Fique a vontade para sugerir novas provas!**

**Obrigado por confiar em nós.
Rumo à Aprovação!**



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!